

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

***CAMPUS* CHAPECÓ**

CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

JUNIOR MATEUS SCALVI

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CIDADE DE CHAPECÓ NA PERSPECTIVA DE
MULHERES TRANS/TRAVESTIS**

CHAPECÓ

2024

JUNIOR MATEUS SCALVI

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CIDADE DE CHAPECÓ NA PERSPECTIVA DE
MULHERES TRANS/TRAVESTIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni.

**CHAPECÓ
2024**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Scalvi, Junior Mateus

Dinâmicas territoriais na cidade de Chapecó na perspectiva de mulheres trans/travestis / Junior Mateus Scalvi. -- 2024.

50 f.:il.

Orientadora: Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Geografia, Chapecó, SC, 2024.

1. Mulheres trans/travestis. 2. Ocupação do espaço. 3. LGBTQIA+. 4. Transfobia. 5. Chapecó. I. Antongiovanni, Lídia Lúcia, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

JUNIOR MATEUS SCALVI

**DINÂMICAS TERRITORIAIS NA CIDADE DE CHAPECÓ NA PERSPECTIVA
DE MULHERES TRANS/TRAVESTIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
como requisito para obtenção do título de
licenciado em Geografia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 11/12/2024.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

LIDIA LUCIA ANTONGIOVANNI

Data: 12/12/2024 23:24:55-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Lídia Lúcia Antongiovanni
UFFS *campus* Chapecó
Orientadora



Documento assinado digitalmente

GISELE LEITE DE LIMA PRIMAM

Data: 12/12/2024 21:30:37-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^a Gisele Leite de Lima Primam
UFFS *campus* Chapecó
Avaliadora



Documento assinado digitalmente

RUBI IARA GARCIA VIEIRA

Data: 12/12/2024 17:13:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^a Rubi Iara Garcia Vieira
UFFS *campus* Chapecó
Avaliadora

Dedico este trabalho a todas as mulheres trans
e travestis brasileiras, com um carinho especial
a minha amiga Valéria.

AGRADECIMENTOS

Quero muito agradecer a mim, porque eu não desisti.

Em especial, agradeço a minha mãe, Maura, que sempre me amou incondicionalmente. A meu padrasto Vilson, que ao lado de minha mãe sempre me apoiaram e garantiram o necessário para seguir neste percurso.

A minha melhor amiga Karen, minha pessoa no mundo, obrigado por sempre segurar minha mão.

Agradeço a minha grande amiga Isis, um dos maiores presentes que a universidade trouxe para minha vida.

Agradeço a meu amigo Jhonata, com quem compartilho o dia a dia no Ap. 04 da Rua Fernando Machado, e está bem ao quarto ao lado, sempre partilhando risadas e anseios.

Agradeço a minha amiga Kelly, que está presente em minha vida desde antes de adentrarmos a Universidade.

Agradeço ao Ap. 02 da Rua São João, onde passei a maior parte desta jornada e colecionei momentos de felicidade.

Agradeço a meus amigos, Adriely, Luis, Matheus Marques e Matheus Moraes, que me acompanharam nestes anos e também se tornaram minha família.

Agradeço a minha orientadora, Dr.^a Lúcia Lúcia Antongiovanni, que abraçou minhas ideias e me deu a honra de realizar este trabalho com ela.

Agradeço aos demais professores que de alguma forma marcaram estes anos e contribuíram para minha formação, Dr.^a Adriana Andreis, Dr. Andrey Binda, Dr. Ricardo Scherma, especialmente Dr.^a Gisele Leite que acreditou em meu potencial e me incentivou a participar do Programa Residência Pedagógica (PRP), onde pude me descobrir ainda mais como professor.

Eu pensava que só poderia existir uma margem para o gênero masculino e outra para o gênero feminino. Rompendo esta realidade, eu escolhi ser o próprio rio que corria veloz para além do vale, para um lugar onde se fazer era possível no confronto com algumas regras impostas.

Leticia Nascimento 2021.

RESUMO

Mulheres trans e travestis estão presentes em nossa sociedade, porém, são invisibilizadas a todo momento através da organização e usos dos espaços, onde elas são colocadas a margem do convívio social. Contudo, vivemos em um tempo no qual o processo de globalização avança incansavelmente e, com isso, a sociedade se modifica abrindo novas possibilidades. Uma das questões transformadoras foi a de permitir a visibilização de uma sociedade constituída por uma diversidade de corpos que produzem e transformam espaços através das interações sociais e com outros olhares para pensar os territórios, para (re)definir seus usos e possibilidades. Mas, mesmo com tal avanço, devemos nos questionar se todos os corpos têm acesso aos mesmos espaços. Mesmo com todo trabalho já realizado em prol da inclusão e do direito à ocupação dos espaços, nossa sociedade ainda é desigual, com regras conservadoras e economicistas enraizadas em seu funcionamento, que utilizam o modelo hierárquico de gênero cisheteronormativo. Ao tratarmos de cidades jovens, como Chapecó, a situação não é muito distante disso. O progresso da cidade caminha muito mais para o desenvolvimento econômico e industrial padronizado para um tipo único de desenvolvimento que é um elemento e o da padronização cultural que otimiza os lucros e tende a concentrar, não vê como “ativo financeiro” o investimento em diversidade. As mulheres trans/travestis são parte ativa da comunidade LGBTQIA+ e, em geral, são elas quem mais sofrem retaliação, por viverem sua verdade fora do formato cisgênero que é dominante na sociedade e vem sendo reproduzido, em geral, de forma autoritária. Trazemos a noção de interseccionalidade para discutir a questão da diversidade na inclusão. Buscamos problematizar elementos dos usos e das concepções de território e a questão da diversidade de gênero em Chapecó em especial com relação às mulheres trans/travestis. Para tanto levantamos e analisamos elementos a partir dos quais percebemos limitações quanto ao uso e ocupação do espaço na perspectiva da interseccionalidade e a ocupação dos espaços por esse grupo em questão.

Palavras chave: Mulheres trans, Ocupação do espaço, LGBTQIA+, Transfobia, Chapecó.

ABSTRACT

Trans women and travestis are present in our society; however, they are often made invisible through the organization and use of spaces, where they are placed on the margins of social life. Nevertheless, we live in a of relentless globalization, and with that, society is changing, opening up new possibilities. One of the key transformations has been the increasing visibility of a social group made up of diverse bodies that produce and transform spaces through social interactions and bringing different perspectives on thinking about territories, (re)defining their uses and possibilities. But, even with such progress, we must question whether all bodies have access to the same spaces. Despite all the work already done in favor of inclusion and the right to occupy spaces, our society is still unequal with deeply rooted conservative and economically-driven rules that rely on a cisheteronormative gender hierarchy. When talking about newer cities like Chapecó, the situation is similar. The city's developmmment focuses primarily on economic and industrial growth, following a standardized model that optimizes profits and concentrate power, not seeing investment in diversity as a "financial asset." Trans women/travestis are an active part of the LGBTQIA+ community and, in general, they are the ones who suffer retaliation the most for living their true selves outside of the cisgender norm that dominates society and has been reproduced, generally, in an authoritarian way. We bring the notion of intersectionality to discuss the issue of diversity in inclusion. We seek to problematize elements of the use and conceptions of territory and the issue of gender diversity in Chapecó, especially regarding trans women/travestis. To do so, we raise and analyze elements from which we perceive limitations in terms of space occupation from the perspective of intersectionality and the occupation of spaces by this group in question.

Keywords: Trans women, Space occupation, LGBTQIA+, Transphobia, Chapecó.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Cine Ideal 1946, em foto registrada em novembro de 1952.....	34
Figura 2	Novo Cine Ideal 1957.....	34
Figura 3	Cine Astral 1973.....	35

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1	Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2017 e 2013 – ANTRA29
-----------	---

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais;
ASTRAL	Associação de Travestis e Liberados;
CPAC	Conservative Political Action Conference;
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros;
LGBTQIAP+	Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais;
ONG	Organização Não Governamental;
PSC	Partido Social Cristão;
PL	Partido Liberal;
PSD	Partido Social Democrático;
RENATA	Rede Nacional de Travestis;
RENATAL	Rede Nacional de Travestis e Liberados;
SUS	Sistema Único de Saúde;
UFRM	Unidade Fiscal de Referência Municipal
UNA LGBT	União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros;

Sumário

1. INTRODUÇÃO	13
2.DEFININDO CONCEITOS PARA DISCUTIR USO DO ESPAÇO, INTERSECCIONALIDADE E GÊNERO, A QUESTÃO TRANS	16
3. GEO <i>GRAPHIAS</i> - SOBRE CORPO INTERSECCIONAL, GÊNERO, MOVIMENTO LGBTQIA+ E MOVIMENTO TRANS E TRANSFEMINISMO	21
3.1 CORPO INTERSECCIONAL	21
3.2 GÊNERO	22
4. DUAS TRAVESTIS E A SEMENTE DA REVOLUÇÃO LGBTQIA+	25
5. QUEREMOS SER CIDADÃS TODOS OS DIAS - CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO TRANS/TRAVESTI	26
6. TRANSFEMINISMO - LUTA POR ESPAÇOS	28
7. UMA ESPACIALIDADE DA QUESTÃO TRANS EM CHAPECÓ? ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO	32
7.1 EMERGIR LGBTQIA+ EM CHAPECÓ - INTERAÇÃO E REPRESSÃO	36
7.2 PODER HOSTIL	41
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
9. REFERÊNCIAS	47

1. INTRODUÇÃO

É complicado dizer o ponto exato no qual concebemos uma ideia em nossa mente. Neste caso não é diferente, mas posso afirmar que este trabalho nasceu de um desejo contínuo de fazer algo em prol dos meus. Apesar de “ser arrancado do armário” muito jovem, logo comecei a percorrer um caminho que permitisse me descobrir como pessoa enquanto homem gay, e por sorte, ou destino, chamem como quiser, me encontrei participando de encontros da União Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de Chapecó (UNA LGBT). Esta circunstância ocorrendo ao mesmo tempo em que ingressei na Universidade e passei a formar um caráter político e social, despertaram um desejo de participar ativamente da luta pelos direitos das pessoas LGBTQIA+, e também retribuir o trabalho e os esforços dos que vieram antes de mim.

As mulheres trans e travestis desafiam as estruturas da sociedade para viver genuinamente sua verdade, e reconhecer isso me fez querer contribuir para esta causa. Mesmo com os avanços na era contemporânea ainda é nítido o preconceito fundando culturalmente na base da sociedade. Ser uma pessoa LGBTQIA+ condiciona você a ter certos cuidados e resguardos enquanto transita pelos espaços, e então passei a observar e notar como alguns agentes atuam de forma excludente com os corpos que não se identificam com modelo binário de gênero. O que encontrarão neste trabalho é uma busca de trazer significado a todas estas questões a partir de um olhar geográfico contribuindo tanto para que a sociedade em geral se sensibilize a partir de um conhecimento sistematizado sobre a questão.

Atualmente, questionamentos como este estão em pauta com certa frequência e integram não só debates no meio científico como também no cotidiano da população, porém, foram necessários muitos séculos para que temáticas relacionadas ao social ganhassem destaque. Conforme Nunes (2014, pág. 03) a Geografia clássica aderiu à função de uma ciência focada em compreender e representar o território e suas características físicas, partindo de uma percepção exclusivamente visual desconsiderando outros modos de interpretação do espaço. Hoje a Geografia tem outros instrumentos para estudar as paisagens, considerando o corpo como parte dela, que nos permitem considerar inúmeros fatores.

Em vista disso, o corpo como elemento de estudo passa a ser introduzido nas produções científicas abrindo uma nova janela de possibilidades e interpretações, se tornando um conceito vital nas considerações a respeito do espaço geográfico. “O espaço é formado por

um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2006, pág. 39). Uma vez compreendido que o espaço geográfico é composto por estas dimensões - objetos e ações, percebe-se que os elementos materiais e sociais interagem e produzem os espaços concomitantemente, sendo que é nestas dimensões que se apreendem as vivências e interações dos corpos.

Entretanto, ao utilizarmos o corpo como fonte de análise existe um ponto que devemos ter em mente, o corpo interseccional. A interseccionalidade evidencia os distintos traços que estão presentes na identidade de determinado corpo, traços esses que podem condicioná-lo a periferia do convívio social e até sofrer algum tipo de violência ao longo de sua vida. Mas não somente isso, partindo deste conceito podemos questionar as definições binárias de gênero, como mulher, mesmo mulheres cisgênero não podem ser categorizadas e introduzidas em um mesmo formato, tendo em mente que cada corpo tem presente em si características culturais únicas do lugar de onde é oriundo, por exemplo. Ter esta construção em mente evidencia a restrição do sistema binário de gênero, e como ele não suporta as particularidades existentes na formação de cada corpo, disso, surge a percepção de gênero como performance. A performatividade de gênero compreende o processo social da formação de identidade que resulta na produção de diferentes corpos, sejam cisgênero ou transgênero.

O termo trans é atribuído a uma série de identidades não cisgêneras. A pesquisadora Leticia Nascimento (2021, pág. 18) utiliza o termo “trans*” com asterisco justamente para sinalizar que a palavra contempla transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, trans masculinos e pessoas não binárias, o termo “mulheres trans” refere-se diretamente as mulheres transexuais e transgêneras, já o termo “travesti” tem uma construção diferente, muitas vezes atribuído de forma pejorativa, como contrapartida estas mulheres aderem ao termo como postura política de afirmação de suas identidades, ressignificando algo que por muito tempo fora utilizado com intuito de marginalizar seus corpos. Portanto, levando em conta o cunho desta pesquisa, vejo como mais que necessário utilizarmos mulheres trans e travestis ao falarmos deste grupo.

Tendo em vista a sociedade na qual vivemos, a mulher já está exposta à misoginia que é fortemente exercida pelas práticas do patriarcado, uma mulher transgênera tem a probabilidade duplicada pela transfobia, uma mulher transgênera e negra tem a probabilidade triplicada pelo racismo. Perante isso, a comunidade LGBTQIA+ vem lutando cada vez mais para poder se integrar na sociedade, ocupar os inúmeros espaços, como cidadãos. Porém, a

luta que as mulheres trans/travestis enfrentam durante sua vida é muito mais árdua, acentuada por viverem fora do padrão estabelecido. Se diferenciar implica em uma série de efeitos, em sua maioria, efeitos negativos que acabam limitando ou dificultando o acesso a determinados lugares e oportunidades.

Buscamos apresentar, ao longo da estrutura deste trabalho, elementos e contextos necessários para analisarmos e compreendermos as dinâmicas territoriais da cidade de Chapecó a partir da perspectiva das mulheres trans e travestis. No capítulo 2 serão apresentados os conceitos geográficos, que possibilitam enxergarmos as estruturas de formação do espaço, e funcionamento dos usos atribuídos ao território. O capítulo seguinte, número 3, expressa as renovações da geografia advindas das novas concepções conceituais que centralizam o corpo na análise do espaço geográfico. A partir do capítulo 4 e 5, traremos contextualizações, iniciando com o contexto do movimento trans brasileiro, em relação a este, no capítulo 6 será apresentado o transfeminismo, área de atuação onde as mulheres trans e travestis lutam pela afirmação de suas identidades. O capítulo 7 expressa a caracterização sociocultural, a interação entre o grupo social LGBTQIA+ e a população tradicional, e, as ações conservadoras dos poderes públicos efetivadas na cidade de Chapecó, recorte espacial contemplado por esta pesquisa.

2.DEFININDO CONCEITOS PARA DISCUTIR USO DO ESPAÇO, INTERSECCIONALIDADE E GÊNERO, A QUESTÃO TRANS

Atualmente com o processo de globalização temos conhecimento dos diferentes espaços, seriam teoricamente de toda a sociedade, porém, no sistema produtivo capitalista em que vivemos é o capital financeiro que dita quem e como cada espaço é ocupado, Milton Santos (2012, pág. 21) confirma: “Com a mundialização da sociedade, o espaço, tornado global, é um capital comum a toda a humanidade. Entretanto, sua utilização efetiva é reservada àqueles que dispõem de um capital particular”.

É importante atentar para o conceito de espaço no viés filosófico, que nos ajuda a compreender muitos aspectos que não são palpáveis, “Espaço nunca é produzido da mesma forma que um quilograma de açúcar ou um metro de pano é produzido.” (Lefebvre, 2007, p. 85). Lefebvre (2013) faz grandes contribuições para melhor entendermos o conceito de espaço e suas dimensões. O autor descreve três dimensões, sendo elas: Espaço Percebido, Concebido e Vivido.

O Espaço Percebido diz respeito a percepções físicas, palpáveis, mas também relações sociais que criam o convívio cotidiano. O Espaço Concebido está relacionado à organização do espaço, sua logística e concepção abstrata. Já o Espaço Vivido tem ligação com as emoções e valores empregados de forma pessoal, valor empregado por cada cidadão conforme as experiências e momentos vividos no determinado local, assim carregando ele de um valor sentimental mais pessoal, porém, não diz respeito apenas a isso, também abrange as questões culturais e simbólicas que um determinado espaço pode representar. Podemos dizer que o olhar filosófico lefebvriano aborda as diferentes dimensões de interação entre o corpo e o espaço, sendo assim possível compreender os fatores físicos, sociais e emocionais em relação ao recorte espacial desta pesquisa. Uma vez que cada uma delas trata de uma questão específica, mas continua atrelada a anterior e posterior.

Ainda que indissociáveis quando falamos na produção do espaço, muitas vezes uma das dimensões se projeta acima das outras, ocultando-as. Cabe ao pesquisador analisar o processo de produção espacial de modo a compreender as relações entre essas dimensões a fim de ajudar a sociedade a entender esse processo que se faz presente no cotidiano, atingindo a vida de todos na sociedade, possibilitando, ao analisar o processo, iluminar-lhe os elementos para que a sociedade, ou grupos sociais, construa seu projeto de transformação socioespacial. Como diz Lefebvre (2013, p. 104, tradução nossa): “As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido e o vivido – não são nunca nem simples, nem estáveis, nem ‘positivas’ no sentido em que o termo se opõe a ‘negativo’, a indecifrável, ao não

dito, a proibido e a inconsciente” Decifrar, iluminar essas relações a partir da análise teórica, buscando atingir a práxis, é também um projeto de emancipação social. (Alves, 2019)

Para refletirmos a partir da análise geográfica, trazemos a partir de Milton Santos (2014) a noção de espaço geográfico definido como uma relação contraditória e complementar entre sistemas de objetos e sistemas de ações. E que são analisados a partir de pares de conceitos como tecnoesfera e psicoesfera, horizontalidades e verticalidades. São conceitos a partir dos quais podemos perceber os processos pelos quais o espaço geográfico é produzido na perspectiva de aumentar incessantemente a fluidez do capital e cujas concepções geram, de forma massiva, ações padronizadas, gerando comportamentos padronizados que permitem mais controle e mais fluidez do capital. Assim constituído, esse espaço é acessado de forma desigual e, contraditoriamente, à sua expansão corresponde acessos cada vez mais seletivos seja pela concentração de capital, seja pela padronização do comportamento e a padronização de hábitos de consumo. Esses espaços trazem nas suas intencionalidades elementos que alimentam, reafirmam preconceitos uma vez que são produzidos, culturalmente, com viés machista, patriarcal, e gerando tensões territoriais quando se trata de questões de gênero. A ideia de interseccionalidade, que é a sobreposição de fatores de discriminação, nos permite pensar que é preciso discutir a convivência da diferença na diversidade e aparece como uma nova perspectiva a ser trabalhada socialmente e demandar novos ordenamentos territoriais.

Os conceitos conversam e se complementam. Permitem operacionalizar um conceito tal como o de espaço geográfico que, segundo Milton Santos (2014) pode ser analisado com pares de conceitos tal como de tecnoesfera e psicoesfera conforme mencionamos acima. A tecnoesfera diz respeito ao ambiente modificado pelas tecnologias, estas que estão cada vez mais presentes no dia a dia, transformando nossas realidades, e estão no âmbito da constituição dos sistemas de objetos. Já a psicoesfera abrange fatores mais abstratos, as ideias, os fatores culturais e sociais do espaço em questão e está sobretudo no âmbito das ações.

Estas ideias vêm de uma reflexão com intuito de compreender as transformações no período denominado por Santos (2006) de “Técnico-Científico-Informacional”, que representa a intensa modificação na paisagem e no movimento das relações em tempos de globalização, onde as informações e técnicas se aprimoram e se movem cada vez mais rápido, causando um impacto nos fluxos globais e nas formas de uso do território. Na nossa discussão o conceito de psicoesfera será mais utilizado, já que estamos falando sobre um determinado

grupo social e suas possibilidades de interação com a cidade em que habitam. E, a partir desta noção e com auxílio de outras, procuramos problematizar e identificar ações e atitudes advindas do modo de vida hegemônico da cidade que colocam barreiras ao convívio social das mulheres transgêneras/travestis.

Nosso trabalho é pensado a partir de uma cidade em plena expansão do capital. Par se ter uma ideia, Chapecó tem um crescimento populacional vertiginoso, com um aumento populacional de 71,255 mil habitantes entre o censo de 2010 e 2022 (IBGE, 2024) o que significou um aumento de 38,39% em 10 anos. Desta forma trazemos elementos da abordagem de Santos (2012) que tem enfoque nas dinâmicas urbanas, e são de grande valia na compreensão dos espaços em momentos de rápido desenvolvimento e intenso processo de urbanização. Suas análises são críticas em relação a esses processos acima citados, destacando o lado perverso do sistema capitalista globalizado e enfatizando o papel no crescimento das cidades e na produção de aglomerações humanas com isolamentos sociais.

A própria cidade converteu-se num meio e num instrumento de trabalho, num utensílio como a enxada na aurora dos tempos sociais. Instrumento de trabalho *sui generis*, pois sua matéria é dada pelo próprio trabalho. Quanto mais o processo produtivo é complexo, mais as forças materiais e intelectuais necessárias ao trabalho são desenvolvidas, e maiores são as cidades. Mas a proximidade física não elimina o distanciamento social, nem tão pouco facilita os contatos humanos não funcionais. A proximidade física é indispensável à reprodução da estrutura social. Os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros. (Santos, 2012)

Como o processo de globalização se dá principalmente por interesses econômicos, tais interesses estão relacionados não apenas à exploração de recursos, mas também no controle de diferentes espaços, sejam eles em terras próprias ou estrangeiras, ocasionando o acúmulo de capital e acentuando consequentemente as desigualdades sociais. O distanciamento na vida social urbana também é acompanhado de estranhamentos sociais, avivados pela intensa convivência de diferentes que podem tanto enaltecer quanto negar a diversidade, ainda mais em tempos de redes sociais onde mais camadas de máscaras sociais são colocadas devido a uma certa vigilância promovida pela capilaridade destas redes.

Após a noção desse conceito passaremos para o ponto do uso de cada determinado espaço, então transitando por outro ponto de análise, o território e o território usado. Historicamente falando o território está fortemente ligado a questões físicas, sejam características morfológicas até delimitação de fronteiras, pode-se dizer então que é algo mais

objetivo, concreto. Já a noção de território usado seria um campo de análise que aborda questões mais sociais e mutáveis, uma vez que a realidade está em constante movimento. “[...] nessa discussão não há possibilidade de discutir território sem o seu uso, pois, “[...] o território é um sistema material para usar porque foi construído com o valor de uso” (idem, p. 33)” (Almada, José Alexandre Berto, 2014, pág. 12). Com a percepção de território usado em relação ao conceito de território, é possível que façamos uma análise mais total dos fatores que envolvem o espaço geográfico. Levando em consideração os aspectos clássicos em conjunto com elementos da renovação da geografia é possível entender o movimento. Sem arriscar realizar uma análise atemporal.

Vinculado ao território usado existe outro espectro que corrobora com a análise, a ideia de território usado como abrigo e território usado como recurso. Como o próprio nome já diz, o território usado como abrigo tem como principal objetivo conhecer e analisar a partir dos sujeitos no e do território, compreender o território como seu local de pertencimento e segurança. Já a compreensão do território usado como recurso busca evidenciar os processos que o definem somente como meio de produzir riquezas e potencial econômico. Essas formas de ver e de ocupar e produzir os territórios nos permitem observar contradições no espaço, uma vez que o interesse das grandes potências econômicas de explorar os territórios se sobressai em relação ao uso para abrigo e subsistência não se importando com a diversidade culturais e distintas necessidades. O território usado como recurso pode direcionar o uso dos corpos como mercadorias ou como repositório de mercadorias e como corpos padronizados.

Além dos interesses de atividades desenvolvidas no território, o acesso a ele também é um aspecto controlado e direcionado, e esta condição é algo também contemplado nas análises de Milton Santos. A ocupação desigual dos espaços se dá pela dominação e controle que determinados grupos tem sobre os territórios, dessa forma determinados coletivos sociais são excluídos deste convívio, esse ponto está ligado não apenas a questão de locais a “visitar”, mas também pode ser relacionado a moradia, fazendo com que estes tenham que se fixar nas periferias. Santos (2012, pág. 32) afirma: “Eis por que, com o desenvolvimento das forças produtivas e a extensão da divisão do trabalho, o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes.” A partir disso vemos o papel e a importância das lutas sociais que emergem em busca de igualdade e direito de ocupar os diferentes espaços bem como produzi-los conforme distintas visões, desejos e necessidades.

A noção de espaço geográfico compreendido como território usado e suas formas de análise nos permitem problematizar elementos da questão central deste trabalho, que é o da

luta por espaços por uma população que sofre preconceitos de diversos segmentos sociais, e que procuram invisibilizar as mulheres trans/travestis relegando-as a espaços periféricos, precarizados, longe dos espaços normalizados cujos usos são pré-estabelecidos não somente pelos dados materiais voltados para a produção mas também pelas subjetividades expressas pelas formas-conteúdo, nas paisagens padronizadas, nos horários pré-estabelecidos, com as vestimentas e comportamentos normalizados, nos corpos definidos por padrões estéticos e moralistas que podem variar de acordo com os lugares e seu contexto socioespacial bem como se territorializam de distintas formas, mas que de uma forma geral produzem padrões subjetivos e objetivos de comportamento social.

Este coligado de conceitos e ideias servirão como instrumentos para a análise do nosso caso, que são as dinâmicas territoriais na cidade de Chapecó na perspectiva das mulheres trans/travestis. Os pontos expressos em relação aos fatores econômicos, como capital e modelo urbano-capitalista estão postos nessa pesquisa por conta do perfil do nosso recorte espacial, a cidade de Chapecó. Fazendo uso destes poderemos correlacionar não apenas questões sociais que afetam as mulheres trans/travestis, mas, também, questões mais amplas que não são tão visíveis, como, o projeto de cidade implantado em Chapecó. Assim a questão que perpassa este trabalho é de quais possibilidades ou entraves na produção do espaço urbano que contribuem para uma cidade que acolhe ou uma cidade que não permite a diferença na diversidade e que reforça os problemas apontados no conceito de interseccionalidade como uma somatória de preconceitos que incidem em sujeitos sociais tal como as mulheres.

3. GEO *GRAPHIAS* - SOBRE CORPO INTERSECCIONAL, GÊNERO, MOVIMENTO LGBTQIA+ E MOVIMENTO TRANS E TRANSFEMINISMO

Nas últimas décadas questões sociais como sexo, gênero e raça vem sendo mais incorporadas nas pesquisas das diversas áreas da ciência. Levando em consideração a história dos estudos da Geografia, podemos dizer que as pesquisas e trabalhos acerca da relação geografia e gênero também são recentes. E aqui fazemos uma abordagem relacionando os fatores gênero e espaço geográfico. Mas, antes de entrarmos mais a fundo no cruzamento desses dois fatores, se faz necessário entender melhor o corpo interseccional, gênero como uma categoria de análise e o que o gênero abrange e representa na vida de um indivíduo, tendo em vista que nesta pesquisa estamos trabalhando a relação dos corpos não binários com a sociedade contemporânea.

3.1 CORPO INTERSECCIONAL

A ideia do corpo interseccional surge com intuito de nomear as nuances e diferentes características sociais que um único cidadão pode ter e observar através deste conceito permite assimilar cada particularidade presente, como classe social, gênero, raça, sexualidade, entre outros.

O termo interseccionalidade foi alçado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, uma pesquisadora e jurista estado-unidense que buscava nomear um problema que envolve sobretudo a intersecção entre as estruturas de poder relativas à raça, gênero e classe. Desde então, tanto a pesquisadora, quanto inúmeros outros pesquisadores e pesquisadoras passaram a desenvolver estudos que se utilizam dessa ideia. (Costa, 2022)

Essa percepção de análise compreende como diferentes fatores sociais convergem ocasionando em sistemas de opressão. São várias as relações de poder existentes na vida de um cidadão, como a opressão de classe que está relacionada a percepção de superioridade da burguesia, a misoginia atrelada ao patriarcado que se constitui ao longo dos séculos, a xenofobia, o racismo. Todos estes causam impacto direto no convívio social dos corpos, mas, a existência e particularidade de cada um destes não significa que eles não possam agir simultaneamente, e a convergência de elementos discriminatórios inflama ainda mais as desigualdades. Ter a interseccionalidade como ponto de vista também é compreender as

especificidades que caracterizam os corpos, uma vez que elementos como gênero, raça, cultura e regionalidade complementam a formação de cada corpo e influenciam na forma como este corpo irá perceber e interagir com o espaço bem como irá sofrer discriminações.

Ser mulher, por exemplo, condiciona o corpo a vivenciar uma dinâmica diferente de interação com o espaço e as forças de poder presentes em cada ambiente. Este condicionamento está atrelado as posições definidas historicamente e culturalmente de padrões binários de gênero, levando isso em conta no próximo tópico iremos elucidar melhor como se deu essa construção de gênero e quais os reflexos desses papéis na formação da sociedade.

3.2 GÊNERO

Desde o momento em que o gênero é atribuído a genitália padrões são estabelecidos para serem seguidos ao longo da vida, esses padrões foram definidos há muito tempo, ao ponto que estão fortemente enraizados e naturalizados na sociedade e, possivelmente irão perdurar por muito mais tempo. Esse enraizamento é facilmente compreendido quando tomamos consciência de que objetos e ações empregadas a um determinado gênero são estipulados com intuito de criar um modelo específico de sociedade, conforme diz Eduardo Cesar da Costa (2022, pág. 54) “São dispositivos historicamente e, portanto, espacialmente constituídos, que objetivam a manutenção da dominação e controle dos corpos”, porém, não apenas isso, a relação entre sexualidade e poder também é contemplada nesse contexto.

Assim, a sexualidade não deve ser entendida como um objeto sob a repressão do poder, mas um instrumento de criação e manutenção do poder repressivo sobre a sexualidade. É um poder que se autoproduz. É o dispositivo histórico da sexualidade que dota os eventos da sexualidade humana de significados, e a partir destes que se concebe uma sexualidade como correta ou não, normal ou anormal, divina ou pecaminosa, decente ou indecente, e assim, aniquilável ou multiplicável. Esta multiplicidade de discursos tidos como verdadeiros atua como um dispositivo histórico de controle dos corpos. (Costa, 2022)

Vale ressaltar que o uso discursivo dos padrões de gênero e sexualidade é algo muito utilizado atualmente com enfoque no âmbito político, mas é um assunto que iremos esmiuçar mais à frente.

Em retomada aos aspectos atribuídos ao gênero, podemos concordar que não apenas elementos como o clássico “azul é de menino e rosa é de menina” são estabelecidos sob os corpos, mas também ações e trejeitos. Então aqui se manifesta uma nova interpretação, o gênero como performance.

A performatividade não pode ser um ato, pois é uma série de atos repetitivos que reintegram constantemente as normas regulatórias de gênero, fixando uma verdade que, por sua vez, ocultará, segundo Butler (2017), os rastros do processo de produção. Os corpos trans*, ao assumirem uma performance de gênero que se opõe à normatização sexo-gênero-desejo, deflagarão o processo de produção que os corpos cisgênero tanto buscam ocultar. (Nascimento, 2021)

Nas palavras da autora Judith Butler (2017) “nós não somos nossos corpos, nós fazemos corpos”, já Letícia Nascimento (2021, pág. 124) afirma que os corpos trans vivem um processo contínuo de produção de si, rompendo as normas do “CISstema”, e complementa que, o conceito de performatividade como ato nos esclarece que tanto pessoas transgênero quando cisgênero passam por um processo de produção de seus corpos, esta produção ocorre como uma negociação entre as normativas de sexo e gênero e outras em relação à identidade desta pessoa, e, portanto, a performance de gênero não está atrelada exclusivamente aos corpos trans, mas a todas as corporalidades (2021, pág.128). Dado isso, Costa (2022, pág. 70) concorda que fica perceptível que não é o gênero quem condiciona sua performance, mas a performance que compõe o que é seu gênero. Ser mulher definitivamente não está atrelado às características anatômicas, mas ao ato de performar gênero, como conjunto de ações internamente naturalizados, a performance de gênero possibilita às mulheres trans e travestis de ampliar as feminilidades e mulheridades, trazendo uma noção plural para um termo que por séculos fora imutável. Reconhecendo o gênero como performance fica claro o quanto a formação de cada corpo é particular e variável, tendo em vista as diferentes interações que os corpos têm com o espaço.

A interação dos corpos com o espaço é um fator que influencia tanto na formação de um quando do outro, e nesta etapa devemos trazer para a discussão não somente a construção do gênero binário no aspecto da formação/controle dos corpos, mas, a hierarquização dos gêneros que atribui ao masculino posição de superioridade em relação ao feminino e outros não cisgêneros. Esta formação cultural concedeu ao gênero masculino característica de força, virilidade e então uma posição de poder, produzindo e organizando espaços partindo da percepção masculinista resultando em uma sociedade patriarcal.

O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistemas jurídico-constitucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade. (Silva, 2009)

A geógrafa Joseli Maria Silva (2009, pág. 35) pontua que “Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres”, mas, conforme pontuamos anteriormente esta visão em relação à sociedade é algo recente, fruto de uma nova era de geógrafos e geógrafas. A autora ainda credita às geógrafas feministas pela adoção do conceito de gênero, ocasionando em avanços teóricos metodológicos e ampliação do campo de estudos uma vez que o espaço se torna elemento para compreensão das relações de gênero.

Fica exposto então que mesmo as noções de gênero sendo a muito tempo estabelecidas, pode-se considerar recente o uso do gênero como método de compreensão da organização e produção do espaço. Mudança em decorrência de uma renovação no campo da geografia que traz o corpo para uma posição de centralidade nas análises, abrangendo novas concepções e atualizações conceituais como corpo interseccional e performatividade de gênero, que melhor compreendem os diferentes fatores presentes na identidade de cada indivíduo e sua formação interna de gênero. Com isso em mente seguiremos para outra etapa onde será possível compreender a evolução do movimento LGBTQIA+ na disputa por espaço na sociedade.

4. DUAS TRAVESTIS E A SEMENTE DA REVOLUÇÃO LGBTQIA+

A comunidade LGBTQIA+ sempre esteve presente em nossa história, diversas figuras importantes estão presentes em nossos livros e contribuíram para a construção do mundo atual em que vivemos, porém, tem menos de um século que são vistos como cidadãos na sociedade, isso por conta da longa e sangrenta luta que esse grupo social trava todos os dias contra o sistema cisgênero imposto. Essa batalha ganha destaque mundial no ano de 1969, a chamada “Revolta de Stonewall” aconteceu em Nova York, “As duas pessoas que acendem a centelha que deu origem as manifestações são Marsha P. Johnson, travesti negra, e Sylvia Rivera, travesti porto-riquenha, à época com 17 anos.” (Caetano et al., 2018, pág. 73). Este foi o primeiro marco dos diversos que seguiram em nome da causa LGBTQIA+.

As mulheres trans e travestis são um percentual extremamente importante na luta pelos direitos de sua comunidade, elas que deixam de lado os padrões impostos pelo patriarcado e pela sociedade normativa para viver sua verdade, arrisco dizer que são a ponta do movimento. Elas quem sofrem a maior parcela de preconceito e retaliação. Mulheres, tanto cisgênera quanto transgênera, estão mais expostas a sofrerem algum tipo de violência simplesmente pelo fato de serem mulheres, resultado da sociedade machista construída através dos séculos, sendo esse apenas um ponto da discussão, “Quanto mais condições para exclusão social existirem na vida das mulheres trans, como pobreza, racismo e baixa escolaridade, mais frequentes serão as violências” (Silva, 2022, pág. 06).

As mulheres trans /travestis em sua maioria acabam sendo expostas a ambientes nocivos ao longo de sua vida, impedidas de ocupar cargos empregatícios e até mesmo de adentrar na vida acadêmica, acabam recorrendo à prostituição, e ficam automaticamente expostas a situações de risco. Conforme Silva (2022, pág. 06) “Em muitos casos essas mulheres acabam recorrendo ao trabalho sexual como um meio de sobrevivência, e o contato com outras mulheres podem lhe servir como uma rede de apoio”. Na sequência vamos conhecer mais a fundo a articulação política e social das mulheres trans e travestis no Brasil, além dos principais obstáculos presentes na vida destas.

5. QUEREMOS SER CIDADÃS TODOS OS DIAS - CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO TRANS/TRAVESTI

Para Benevides (2024), “Não existe lugar seguro no mundo para as pessoas que não são cisgêneras e vivem sua identidade de gênero aberta e publicamente. Quais são os privilégios que te impedem de enxergar essa realidade e tentar negar as violências?”.

É fato e conhecimento de todos a realidade que a população trans vive, perseguida pelo ódio e preconceito mesmo em um país tão grande e diverso como o Brasil, e na maioria das vezes desassistida e desamparada em relação ao Estado. Perante esta situação a comunidade passa a agir de forma interna para poder ajudar e proteger os seus. Na década de 1990, a pequena parcela de atenção que era dada pelos poderes públicos, e ONGs existentes, estava atrelada ao momento da epidemia de Aids, que foi grande responsável pelo estigma pregado sob toda a comunidade LGBTQIA+.

No ano de 1992 é fundada a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro, a associação tinha como intuito articular as Travestis para atender suas próprias necessidades, tendo em vista que naquele momento estavam vinculadas em organizações Gays e Lésbicas, seu primeiro encontro ocorreu no ano de 1993 no Rio de Janeiro. Dados estes obtidos da Associação Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA, 2024). Outro fator importante que faz parte da formação do movimento foi a intensa perseguição que as mulheres trans/travestis sofreram durante o período ditatorial que ocorreu no Brasil entre os anos 1965 - 1985.

O segundo fator que proporcionou o surgimento do movimento, por sua vez, teve sua origem no período de governo ditatorial do Brasil, onde homens homossexuais e travestis foram brutalmente assassinados (os), numa tentativa de extermínio dessa população (CARVALHO, 2011; FIGARI, 2007; GREEN, 2000; TEMPORADA DE CAÇA, 1988). Com o objetivo de se mobilizar contra esses ataques, que eram direcionados às travestis que se prostituíam, o primeiro grupo político do Brasil voltado para essa população surge no início dos anos 90: Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL). Essa associação emerge no Rio de Janeiro na tentativa de frear a onda de prisões (ordenada pelo governo) de travestis que estavam nas ruas (CARVALHO & CARRARA, 2013; FIGARI, 2007). A formação desse grupo culminou na realização do I Encontro de Travestis e Liberados, em 1993. (Silva, 2016)

Seguindo com as atividades, o segundo encontro aconteceu no ano de 1995 na cidade de Vitória-ES, abrangendo um número maior de pessoas e trazendo para a organização um perfil de atuação nacional. Neste encontro em específico surge o projeto Rede Nacional de

Travestis (RENATA), para que as propostas e atuações fosse mais unificada entre estas mulheres, já no ano de 1997 a sigla é reformulada e passa a incluir a letra “L”, então Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENATAL), para expandir o envolvimento da comunidade em geral. No ano 2000 a rede ganha destaque nacional ao promover o que se pode chamar de protesto, Jovanna Baby, então presidente da rede convocou todas as travestis a rasgarem seus títulos de eleitoras, segundo ANTRA com a fala “se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!”

No mesmo ano, 2000, a sigla é novamente reformulada de RENATAL para ANTRA - Articulação Nacional de Transgêneros, e no ano de 2002 passa para Associação Nacional de Travestis e Transgêneros, nome utilizado até os dias atuais. Esse momento de mudança foi marcado pela articulação política do movimento, que criou o Projeto TULIPA, que tinha intuito de capacitar as lideranças nos campos da saúde, direitos humanos e cidadania. O projeto envolveu diversas regiões do país criando oportunidade para novos polos de liderança.

Em 2004 a associação dá outro grande passo no movimento, lançando a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” no dia 29 de janeiro de 2004, determinando essa data como o dia nacional da visibilidade trans. A partir desse momento, esses feitos passaram a ser mais frequentes, como: 2008 criação de projetos de capacitação profissional para melhor promover a inclusão nos meios de trabalho; 2010 campanhas relacionadas ao acesso integral à saúde, com atendimento humanizado e respeitoso no SUS. Ao decorrer dos anos o ANTRA passa a se articular mais com outros movimentos sociais, como, movimento negro e feminista, formando uma base forte no combate à violência e preconceito estrutural presente na nossa sociedade. Em 2018 o movimento trans comemora uma de suas maiores conquistas, o direito de alteração do nome e gênero em cartório, esse feito expressa um marco de avanço na luta pelo reconhecimento da identidade de gênero das pessoas trans.

Atualmente o ANTRA segue na luta em defesa dos direitos humanos das pessoas transgênero e também é uma das maiores fontes de informações e dados levantados a respeito das violências contra a população trans, fazendo dossiês anualmente com dados e gráficos abrangendo todos os 26 estados do país. Dados estes que serão expressos a seguir nesta pesquisa e como o movimento transfeminista atua na luta constante pelo reconhecimento dos direitos das mulheres trans e travestis e combate a misoginia somada a transfobia.

6. TRANSFEMINISMO - LUTA POR ESPAÇOS

O movimento transfeminista é relativamente novo nas discussões a respeito do tema, pode-se dizer que é uma pauta integralizada ao novo modelo feminista, que se modifica e supera as ideias do feminismo radical. Essa integração da luta das mulheres em geral, está conectada as novas discussões que integram o movimento feminista, uma vez que aspectos como raça e classe social tem grande influência na dinâmica da sociedade.

Então, o feminismo passa a se dar conta de questões antes desprezadas. Pode-se apontar um paralelo entre o despertar do feminismo para a questão da raça e classe e o despertar do feminismo para a transexualidade, que proporcionou o surgimento do transfeminismo: enquanto na primeira onda do movimento feminista as mulheres cis lutavam para ter direito ao trabalho, na onda seguinte estas feministas se deram conta de que as mulheres que lutavam por inserção no mercado de trabalho eram brancas e de classe média, por exemplo. Após isso, puderam enxergar que já havia mulheres trabalhando, mas elas eram negras, pobres e ganhavam pagamentos irrisórios. De maneira similar, o feminismo contemporâneo passa a olhar para sua naturalização do gênero e a questioná-la, reconhecendo a existência de pessoas que suas lutas não contemplavam, como no caso das pessoas trans. (Silva, 2016)

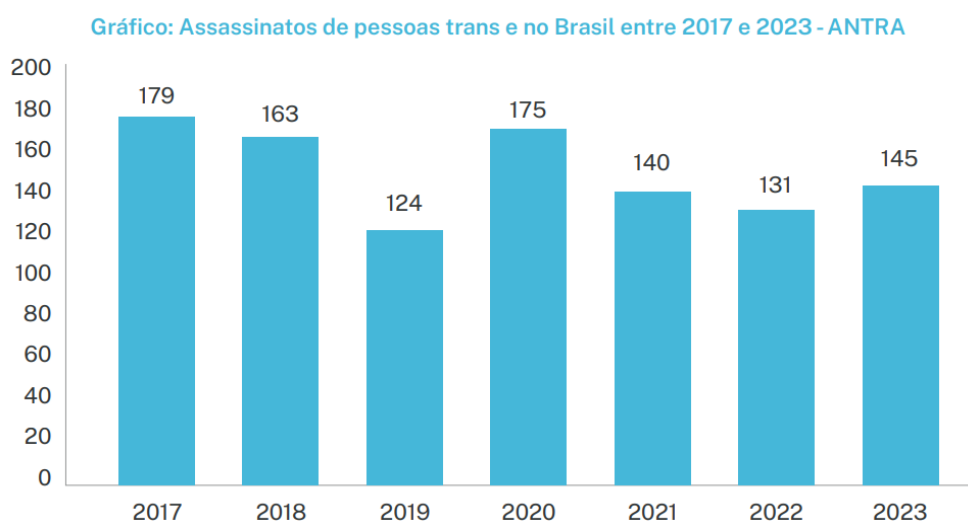
No livro “Transfeminismo” de Letícia Nascimento (2021), a autora destaca a importância da interseccionalidade, mostrando como essa articulação é importante e benéfica para ambas as causas. Ela também enfatiza a importância de ouvir as vozes e experiências das pessoas trans, para podermos nos questionar em relação à estrutura do sistema cisgênero, que está enraizado na sociedade e que oprime toda uma população que vive fora do padrão binário estabelecido.

Esse movimento social acontece com intuito de obter melhoras na vida destas mulheres, em diversos campos, como saúde, educação e trabalho, mas, no Brasil antes de se debater esses pontos a segurança vem em primeiro lugar. Carolina Cavalcante Lins Silva (2016, pág. 61) confirma: “Todavia, o maior embate que o transfeminismo protagoniza é a luta contra a violência. Se a misoginia e a violência contra as mulheres impulsiona o movimento feminista, o transfeminismo trata a questão com um adendo, a transfobia.”

O Brasil é um caso curioso, se é que podemos chamar assim, conforme o Dossiê “Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023” disponibilizado pelo ANTRA, o Brasil é o país que mais consome pornografia trans em sites de entretenimento adulto, e também lidera o ranking de países que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo.

Em 2023, houve um aumento de mais de 10% nos casos de assassinatos de pessoas trans em relação a 2022. Destacando o fato de o país figurar novamente como o que mais consome pornografia trans nas plataformas de conteúdo adulto no mesmo momento em que o Brasil seguiu como o país que mais assassinou pessoas trans pelo 15º ano consecutivo. Se manteve a política estatal de subnotificação da violência lgbtfóbica. Entre as mortes em 2023, foram 155 casos, sendo 145 casos de assassinatos e 10 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 13 anos, e vimos a persistência de uma patrulha contra crianças e adolescentes trans. (Benevides, 2024)

Gráfico 1: Dados relativos a assassinatos de pessoas trans no Brasil



Fonte: ANTRA, 2024, pág. 44.

O ANTRA desenvolveu esses resultados mediante uma pesquisa que mapeou um total de 1057 casos de assassinatos no país, de pessoas trans, travestis e não binárias. Apresentando uma média de 151 assassinatos/ano e 13 casos por mês. Um ponto da análise realizada pelo ANTRA (2023, pág.60), que se faz necessário enfatizar, é a identidade de gênero das vítimas, no ano de 2023 teve um aumento de 4,6% do número de mulheres trans e travestis assassinadas, sendo 145 o número total de vítimas, 136 eram mulheres trans/travesti “deixando nítido que a motivação, assim como a própria escolha da vítima tem relação direta com a identidade de gênero (feminina) expressa pelas vítimas.” A extrema violência dos atos também realça a motivação transfóbica dos ataques, formas brutais de execução e múltiplos golpes proferidos na região da cabeça, seios e genitais que desfiguram os corpos destas mulheres, quando não associados mais de um método de ataque. Os dados apresentados no dossiê também fazem recortes para entender melhor os casos, como, por exemplo, perfil das

vítimas, idade, classe e contexto social, raça, etnia, tipo de assassinato, método utilizado, motivação, locais e perfil dos suspeitos. Vale a ressalva que tais dados são obtidos através de pesquisa própria do ANTRA em canais de notícias de todo o território brasileiro, não tendo acesso a dados governamentais.

Como vem sendo insistentemente denunciado desde a primeira edição deste dossiê, a ausência de dados governamentais é um problema sério que precisa de atenção. Dados sobre essas violências seguem inexistentes ou insuficientes quando comparadas com o que é reportado pelos canais de notícias. E é urgente saber onde está sendo “perdida” essa informação. (Benevides, 2024)

Crimes proferidos contra estas mulheres, motivados pelo ódio, estão firmados na sociedade patriarcal e machista na qual vivemos, como visto anteriormente na conceituação de gênero o modelo cisgênero tem uma hierarquia imposta em que o masculino é superior ao feminino, mas, também exerce uma força e aversão quanto aos corpos trans, nas palavras de Costa (2022, pág. 74) “Assim, a cisgeneridade heterossexual torna-se o referencial da performatividade da “normalidade natural”, e todo o restante dos corpos que sejam inadequados a essas normas são ininteligibilizados”. A visão que se tem dos corpos constituídos fora do modelo padrão é de anormalidade e, portanto, passíveis de correção perante a narrativa cisgênera heterossexual conforme afirma o autor:

Nas relações de poder, das quais todos participam em distintas posições na vida cotidiana, as minorias sexuais, em suas interseccionalidades, são frequentemente, e às vezes totalmente, excluídas e marginalizadas na vida em sociedade. Seus corpos, sendo considerados “anormais” são frequentemente alvos de tentativas de “correção” por meio de violências e violações diárias de direitos humanos fundamentais, ou ainda de aniquilação e extermínio. (Costa, 2022)

O Dossiê ANTRA (2024, pág. 44) ainda denuncia as repetidas negativas quanto acesso a informações via Lei de acesso a informações, e indagações a respeito dos possíveis motivos “i) pela lgbtifobia institucional; ii) de forma intencional no sentido de enfraquecer as denúncias feitas pelos movimentos sociais; e iii) para que não haja compromisso em enfrentar essa violência, que sequer é reconhecida pelo estado como existente.” O descaso pela vida das pessoas trans brasileiras impacta diretamente nesta população, uma vez que a transfobia e outras violências não são tratadas e combatidas de forma adequada. Tal comportamento governamental também é evidente na ausência de ações e principalmente políticas públicas de enfrentamento quanto a violência contra pessoas LGBTQIA+, mas, mais especificamente

contra as mulheres trans. Entretanto, faz-se necessário destacarmos o aumento do discurso antitrans e ações que buscam institucionalizar a transfobia, seja censurando seus corpos ou tomando medidas que impeçam as mulheres trans e travestis de ocupar certos espaços.

Nos últimos anos foi possível observar um trabalho político por parte dos partidos de direita no país contra a pauta trans, essas ações refletem muito no dia a dia das pessoas trans e intensificam a tensão e violência contra as mesmas. Claramente esse não é um trabalho que vem sendo observado somente no Brasil, mas sim no mundo todo, são criadas propostas antitrans conservadoras e opressoras que visam limitar ainda mais os direitos da população transgênero, são ações como estas que excluem as pessoas trans do convívio social, criando cada vez mais barreiras e impedindo um grupo social de fazer parte ativa da sociedade.

[...]durante a Conservative Political Action Conference - CPAC, a maior reunião de políticos de extrema direita do mundo, Michael Knowles, afirmou categoricamente que “para o bem da sociedade, a transexualidade deve ser erradicada da vida pública totalmente, em todos os níveis”. Esse chamado explícito para o genocídio da população trans aconteceu durante a CPAC, maior reunião de políticos de extrema direita do mundo — Bolsonaro estava lá, inclusive. Somente em 2023, mais de 500 projetos de lei antitrans foram propostos ou adotados em quase todos os estados dos EUA. Muitos deles tem sido replicados no Brasil. (Benevides, 2024)

O transfeminismo age como força organizada para combater este trabalho político caracterizado pelo conservadorismo que incita o ódio e violência contra os corpos transgêneros, ao mesmo tempo que, busca o reconhecimento das identidades e direitos das mulheres trans e travestis. A frente veremos como se caracteriza a cidade de Chapecó, e sua construção cultural e social ao longo dos anos.

7. UMA ESPACIALIDADE DA QUESTÃO TRANS EM CHAPECÓ? ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

Quando nos atentamos ao nosso redor, ao nosso cotidiano, podemos identificar que nem tudo é na prática como em teoria, a inclusão também é um ponto desta reflexão. Hoje, na era contemporânea, a diversidade faz parte do dia a dia da sociedade mais do que em qualquer outro momento, mas ainda existe muito no que avançar.

Ao abordarmos tal questão a partir da cidade de Chapecó, localizada no oeste do estado de Santa Catarina - SC, faz-se necessário refletirmos sobre elementos culturais, políticos e econômicos da cidade num contexto regional que passou a ser genericamente chamado de “Oeste” ou “Grande Oeste” ou ainda “Velho Oeste”, protagonizada por Chapecó que passou a ser conhecida como a capital do oeste por seu realce muito acima das outras cidades e que passa de fato a comandar a economia regional. E para além da economia, acaba congregando tanto as elites regionais quanto recebendo pessoas de várias partes do Brasil e do mundo. A cidade de Chapecó se tornou uma das cidades mais desenvolvidas da região, apresentando um aspecto moderno e urbanístico pelas suas bem traçadas ruas, amplas avenidas e praças.

Um marco histórico na formação de Chapecó é o processo de migração de famílias vindas principalmente do Rio Grande do Sul, que se intensifica com o efetivo trabalho das companhias colonizadoras no início do século XX. Este marco histórico tem sido durante muito tempo considerado como o “início” da colonização, negando uma ocupação anterior de indígenas e caboclos. Tal fato acaba tornando-se uma marca da cidade (e da região) que exaltam a colonização recente de descendentes de italianos e alemães, entre outros, e praticamente negando outros grupos. Diante disso criou-se um estereótipo cultural que seria branco, europeu, com costumes italianos e alemães com traços bastante conservadores oriundos das religiões católica e protestante e das “colônias” um tanto fechadas em torno de suas heranças culturais.

O ingresso de imigrantes foi especialmente marcante para o Rio Grande do Sul e para o Sul do Brasil na segunda metade do século XIX. O governo federal e os estaduais posteriormente destinaram diversas áreas, geralmente constituídas por vales e matas, para fins de colonização por imigrantes da Europa central. (Radil, Silva, 2018, pág.685)

Nas últimas duas décadas Chapecó passa a receber, com mais intensidade, pessoas de outros estados do Brasil bem como imigrantes haitianos e venezuelanos, dentre outras

nacionalidades. Este fato quebra um pouco com a homogeneidade cultural e de certa forma obriga a uma convivência que não é muito tranquila, pois está muito arraigada a ideia de quem é “do lugar” e quem é “de fora”.

O cenário cultural de Chapecó já foi mais agitado do que é hoje. Chapecó passa por um processo de “americanização” intenso nestes últimos anos que acaba padronizando mais o consumo internacionalizado por redes de franquias, shoppings, praticamente eliminando, por exemplo, aquela estética mais regional sendo substituída por uma estética globalizada americanizada que também está na raiz da concepção da cidade de Chapecó, Silva enfatiza.

Percebe-se na materialidade técnica do lugar os objetos que se dispõem sobre a paisagem, que não reflete somente o local ou regional, está presente nesta paisagem o global, modificando e criando vínculos com os cidadãos, que foram transformados em consumidores globais, obrigando estabelecimentos tradicionais a incorporarem em sua materialidade estética as modernidades que o mercado mundial hegemônicas inserem nas psicossferas construídas. (Silva, 2024)

Retornando a caracterização cultural e social de Chapecó, a década de 1940 foi palco de grandes mudanças na paisagem da cidade, com a chegada da energia elétrica e direcionamento da produção local para a agroindústria.

Estimulado pela chegada da energia elétrica foi criado por volta de 1946 o primeiro cinema de Chapecó, localizado na Avenida Getúlio Vargas chamado Cine Ideal, com público caracterizado como baixa renda, conforme De Matos et al. (2020 pág. 03). Com o passar do tempo este foi ampliado e instalado estruturas mais modernas, inaugurado em 1957, suportava um público de 750 pessoas, fonte de entretenimento atraindo grande público da cidade.

Porém, por mais que o cinema fosse moderno e de alvenaria, ainda assim como o primeiro, era frequentado por um público considerado de “baixo nível social”. Tornou-se também um ponto de encontro entre os jovens, já que nessa época, eram poucos as fontes de entretenimento para os jovens. (De Matos et al., 2020)

Segundo os autores, o público que usufruía do espaço “tinham péssimos hábitos”, e já na década seguinte, anos 1960, o cinema recebeu o apelido “cine pulguento” devido uma infestação de pulgas, porém, ao público baixa renda, que frequentava o local, foi atribuído o apelido “pulguentos.” Mesmo funcionando até 1985, a população não frequentava mais o Cine Ideal e pedia por um cinema mais bem frequentado e com melhor fama. Correspondente a esta circunstância pode-se observar a formação do imaginário social deste coletivo, a representação idealizada de sociedade desejada por esses, as atitudes e comportamentos

expressos pela burguesia manifesta sua ideia de superioridade em relação à classe popular, portanto constitui então a psicoesfera desse espaço dotada de sentimentos e ações conservadoras e elitistas.

Figura 1: Cine Ideal 1946, em foto registrada em novembro de 1952.



Fonte: Memória Chapecó - Facebook

Figura 2: Novo Cine Ideal 1957



Fonte: Memória Chapecó - Facebook

Ao passar dos anos, outros cinemas surgiram, como Cine Astral e Cine Itajoara. O Cine Itajoara em certo momento mudou de local para o então Shopping Mercocentro que ficava localizado na rua Marechal Deodoro da Fonseca - 106 - Centro de Chapecó. Em 2003 chega o cinema Arcoplex Stadium, que migrou para o Shopping Pátio Chapecó em 2011, mesmo ano de sua inauguração.

Percebe-se que as atividades culturais, tal como cinema e teatro ao alcance do povo em geral vai diminuindo em Chapecó e não aumentando, além de ser confinado, em

shoppings, e dar lugar a outras atividades mais voltadas para o consumo de alimentos e bebidas com pouquíssimas atividades culturais. Mais recentemente há uma retomada, mas ainda assim boa parte é composta por shows de música em praça, mas que tem praticamente duas vertentes musicais, o sertanejo e o gospel.

Figura 3: Cine Astral 1973



Fonte: Memória Chapecó - Facebook

Já o surgimento da produção agroindustrial é resultante de uma série de fatores que corroboram na implantação do modelo “macro” de produção na cidade de Chapecó a partir da década de 1940. O ramo da agropecuária teve sua produção intensificada pela implantação de rodovias na região, que foram instaladas por conta da cobrança por melhorias nas estradas via mídias locais. A criação suína foi o principal foco da produção, já que o porco era um animal presente nas áreas de grandes florestas e, pelo fato de poder ser convertido em carne e banha, ao contrário de outros animais (Moretto e Brandt, 2019). Os autores complementam:

O crescimento industrial de Chapecó está inserido em um contexto nacional de expansão do setor, que ocorreu a partir de 1950 e 1960 (BAVARESCO, 2017). Esse processo de industrialização foi intensificado através da instalação de novos frigoríficos, que industrializavam aves e suínos, em uma onda desenvolvimentista. Os governos estaduais e municipais passaram a incentivar a instalação de indústrias, como é possível observar na Lei municipal nº 12, de 24 de março de 1970, que visava conceder benefícios a indústrias para que se estabelecessem em Chapecó. (Moretto e Brandt, 2019).

A soma destes fatores que ocorreram na cidade da Chapecó modificou a paisagem através de novas técnicas vindas com o processo de colonização, como: intensa agricultura, desmatamento da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional Decidual (FED) para extração de madeira. Resultando na criação de diferentes espaços com usos específicos

atribuídos a eles, uma vez que a extração de matéria-prima e produção industrial demandam recursos, o uso do território passa a ser território usado como recurso. A chegada das máquinas transforma a realidade da população modificando as formas de trabalho, e tecnologias como o cinema transformam o imaginário.

O processo de urbanização também modifica as dinâmicas do território, criando entre os habitantes espaços de interação como espaços de comércio e lazer, espaços políticos, espaços públicos e privados. Mas, o desenvolvimento industrial está embasado no sistema capitalista o qual a visão de lucros é a principal, e isso ocasionou em uma caracterização economicista da cidade de Chapecó onde a viabilidade de produção é o foco principal dos poderes, e dos usos atribuídos aos espaços.

Falando em caracterização da cidade, também é válido destacar que o processo de colonização é parte de um projeto nacional que visava transformar a região oeste do estado de Santa Catarina, civilizando a região, implantando um novo método de trabalho desconsiderando as formas de interação com o espaço dos povos já ali presentes, trazendo então imigrantes com a promessa de uma nova vida em terras férteis. Este imaginário de vida nova e trabalho é evidente na cultura chapecoense e está materializado no centro da cidade, o monumento Desbravador. Localizado na Avenida Getúlio Vargas “o Desbravador” está posicionado em direção ao norte simbolizando o avanço dos colonizadores vindos do sul que desbravaram o estado, a representação da figura é um gaúcho, utilizando chapéu e segurando em uma das mãos um machado que significa trabalho e em outra um louro que significa vitória e conquista. Enfim o progresso econômico da cidade, embora tenha trazido progresso em termos de ofertas de serviços e de uma variedade de lugares de consumo, trouxe também uma virada neoconservadora.

7.1 EMERGIR LGBTQIA+ EM CHAPECÓ - INTERAÇÃO E REPRESSÃO

Atualmente, 2024, Chapecó é uma cidade consideravelmente jovem, tendo apenas 107 anos, mas quando pensamos no cenário no qual a comunidade LGBTQIA+ vive, não é uma imagem animadora. A cidade ainda tem o conservadorismo impregnado na sua realidade, conservadorismo que perdura desde sua colonização que se deu mediante companhias colonizadoras e coronéis, coronéis que estão estampados por toda cidade, seja em estátuas ou nas placas que dão nomes às ruas. Atualmente já é possível identificar movimentações em

Chapécó em prol da inclusão e respeito, uma dessas ações é a Parada LGBTQIA+ que acontece anualmente na cidade desde 2016, evento organizado pela UNA LGBT de Chapécó.

Apresenta a experiência de um coletivo de pessoas que se levantou contra as diferentes formas de violências cotidianamente enfrentadas pela população LGBT de Chapécó e de toda a região, em uma narrativa dos processos pelos quais corpos não inteligíveis (BUTLER, 2010), aliaram-se e criaram ações de visibilidade em uma região avessa à sua presença. (Cattani et al., 2021, pág. 2)

Conforme apontado pelos autores, a articulação do grupo social em questão surge de uma necessidade de afirmação e ocupação dos espaços de convívio, em decorrência da interação tensa entre a população LGBTQIA+ e a população “tradicional”. Os pentecostais são bem numerosos e talvez mais conservadores, podemos identificar facilmente ao lembrar da Catedral situada exatamente no centro da cidade, em frente à Praça “Coronel” Bertaso.

Digo “até então predominante” por conta das mudanças que vem ocorrendo de forma cada vez mais intensa nas últimas décadas. Com a chegada de imigrantes e estudantes de todo o país, esses fluxos de chegada são compostos por uma grande diversidade de corpos que passam a compor e ocupar a cidade nos variados espaços, e com isso os diferentes corpos passam a interagir e compor relações, portanto, iremos apresentar algumas impressões e relatos de pessoas LGBTQIA+ presentes na pesquisa “Performatividade de gênero na produção do espaço: lugar cotidiano dos corpos LGBT” de Costa (2022).

Inicialmente vejo como adequado exibir como os entrevistados por Costa (2022, pág. 121) se referem a cidade em geral, “Algumas palavras que os entrevistados utilizam para se referir a Chapécó são “moralista”, “conservadora”, “homofóbica”, “cidade de pessoas frias”, “pessoas que se importam com a vida alheia”, “cidade de pessoas brancas”, “coronelista”, “paraíso”, “segura”, “tranquila””. Mas, em sequência o autor frisa que os termos relacionados à segurança se referem a violências físicas, sendo que o mais presente no local são as violências veladas e excludentes. No âmbito profissional, inseguranças em relação ao padrão de gênero são apontadas, revelando estes espaços como local onde é necessário se adequar ao padrão estabelecido para poder seguir na função. Contudo, implicações em decorrência da performatividade de gênero e demonstração de afeto também estão presentes em espaços comuns como ruas, lojas, shopping e restaurantes.

Os entrevistados relataram ouvir ofensas na rua como “bicha”, “viado”, “bichinha”, e comentários como “Jesus ama vocês” (com intuito de repreender, com um discurso

religioso, a performatividade transgressora), “virou viado porque não comeu uma buceta de verdade” e “virou sapatão porque não foi comida direito” (Costa, 2022)

Outro elemento muito mencionado pelos entrevistados e destacado pelo autor são os “olhares/encaradas”, respectivos a desaprovação quanto aos corpos não adeptos do modelo binário de gênero e sexualidade. Intimidações dessa espécie são perceptíveis pelas pessoas LGBTQIA+ fazendo com que essas criem estratégias ou sistemas para poderem transitar entre os espaços da cidade de forma mais segura.

Como consequências destas múltiplas violências no lugar “rua”, os entrevistados relatam: mudança no comportamento, como modo de andar e falar; a não demonstração de afeto entre homossexuais, comportando-se como “amigo” com o companheiro; a insegurança de ocupar este espaço à noite, principalmente por parte de mulheres, com a necessidade de estar sempre acompanhada por alguém de confiança, preferencialmente homens amigos e familiares; ter parado de frequentar os “rolês”, e a necessidade de resistência e confronto diante destas violências. (Costa, 2022)

Na mesma essência, a preferência por espaços destinados e proeminentemente LGBTQIA+ também é apontado, sendo então um espaço em que há sensação de segurança, deixando de frequentar ambientes que tenham um público cisheteronormativo a fim de evitar possíveis ataques e constrangimentos.

Já no caso das mulheres trans e travestis as implicações são ainda mais “agudas” uma vez que seus corpos são constantemente sexualizados, e suas identidades questionadas. Os obstáculos presentes no cotidiano dessas mulheres estão presentes em várias circunstâncias, surgindo desde muito cedo, como por exemplo, deixar de frequentar o ensino básico, seja por afastamento ou expulsão em resultância das agressões sofridas. No ramo profissional as oportunidades são consideravelmente reduzidas, fazendo com que recorram à prostituição ou outros trabalhos noturnos em boates, como: *DJ* ou *performer*. Proporcionalmente ao citado anteriormente, sobre as preferências por espaços destinados ao público LGBTQIA+, as mulheres trans e travestis também tendem a fazer tal escolha, principalmente no que tange sua identidade de gênero, conforme destacado na pesquisa de Costa (2022).

Uma entrevistada também relata como problemática o desrespeito ao gênero de pessoas trans, pois, quando boates têm a questionável estratégia sexista de ofertar gratuidade de entrada para mulheres, mulheres trans não são consideradas mulheres,

não podendo acessar essa gratuidade da entrada ofertada restritamente para mulheres cisgênero.

No mesmo sentido, outra situação muito recorrente, é o impedimento de utilizar banheiros femininos, coagindo mulheres trans e travestis em ambientes públicos gerando situações de constrangimento, vale frisar que a cidade de Chapecó tem certa “preocupação” em regulamentar o uso de sanitários, mas iremos abordar esse tema de forma mais profunda no próximo capítulo.

O lugar “banheiro público” é mencionado em três entrevistas e demonstra-se como um lugar de conflito e tensões, sobretudo para pessoas travestis e não binárias. Os relatos expressam angústias de mulheres trans e travestis, como a insegurança em utilizar este espaço ou a necessidade de resistência para este uso. Ainda foram relatados episódios de abuso e assédio sexual por um homem cisgênero no banheiro de uma praça e também de uma boate. Os entrevistados discorrem que considerando essas vivências, sentem medo de utilizar estes espaços e evitam utilizar banheiros públicos para prevenir-se de violências, e também, que quando utilizam, já estão preparados para resistir caso seja necessário. (Costa, 2022)

Oposições a legitimidade destas mulheres como forma de excluí-las da sociedade e dos espaços são gritantes e também muito controversas, na sequência da pesquisa de Costa a mesma entrevistada relata uma experiência que viveu em um ambiente religioso “tortura, com o corte forçado do cabelo; expulsão por não ser bem-vinda; negação de cesta básica, pois foi informada pelo pastor que se ele fornecesse uma cesta básica para a entrevistada que estava “passando fome”, teria “que deixar de dar uma cesta básica para uma família que precisa”” (2022, pág. 114), mas, a mesma também relata que mesmo sendo excluída do ambiente em questão era procurada pelos pastores para programas, na época em que trabalhava na prostituição.

Em vista do que foi apresentado, fica explícito o descontentamento e repressão da sociedade chapecoense com relação aos corpos LGBTQIA+ nos espaços públicos e privados, reduzindo significativamente os ambientes onde se é considerado seguro demonstrações de afeto e performatividade de gênero não correspondentes aos modelos cisgênero e heteronormativo. Portanto, podemos facilmente compreender como se dá a formação da psicoesfera do território da cidade de Chapecó, presentes nela ideias e valores conservadores, religiosos e reguladores dos corpos, consolidada nas idealizações de sociedade. O imaginário

social da população está fortemente definido ao ponto de produzirem sistemas e ações que agem de forma excludente com os que se diferem. Então, no seguimento de nossa análise iremos entrar em um capítulo destinado a destacar quais são essas ações produzidas pelos poderes de Chapecó na alçada política.

7.2 PODER HOSTIL

Os discursos de ódio e desumanização das minorias sociais são fenômenos presentes em diversas eras da história brasileira, nas palavras de Medeiros (2019, pág. 298) “O desejo de que as minorias sociais morram ou a vontade de matá-las, seja simbolicamente ou não, se manifestam a partir do legado que carregamos, que envolve o genocídio indígena e a escravidão de negros”, seus corpos não considerados adequados ao modelo de cidadãos heteronormativos são vistos como ameaça a “família tradicional brasileira” e, portanto, passíveis de correção, extermínio ou exclusão do convívio social.

São muitos os fatores que contribuíram para a naturalização da hegemonia de gênero ao longo dos séculos. Além das definições de gênero atreladas as normativas religiosas, o uso do discurso de gênero como estratégia política também é muito utilizado na atualidade. A retórica hostil contra a população LGBTQIA+ tem sido um agente cada vez mais recorrente na esfera política brasileira, se manifestando de diferentes formas, como, em discursos de figuras políticas e até em projetos de lei, com objetivo de retroceder os direitos conquistados por esse grupo social e deslegitimar seus corpos perante a sociedade civil brasileira. Durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2018-2022), houve intensificação desse processo na sociedade brasileira, onde os ataques aos corpos não adeptos do modelo binário de gênero e sexualidade partiam do próprio presidente da república e seus aliados, dessa forma legitimando os ataques a partir da máquina do estado, “[...] as vítimas de (crimes de) ódio LGBTfóbico assim o são pelo funcionamento de um Estado de exceção, que autoriza direta ou indiretamente a violência direcionada a um grupo social específico.” (Medeiros, 2019, pág. 296).

Considerando esses agentes históricos e o recente cenário político-social brasileiro, se faz necessário destacarmos ações impostas pelo estado, mais especificamente pelos poderes locais, municipal, as quais agem com intuito de controlar os corpos desconsiderando sua interseccionalidade, e reduzindo suas possibilidades de atuação no convívio em sociedade, através de projetos e leis que limitam o acesso e usufruto dos espaços. Iremos destacar 3 leis, aprovadas pela câmara de vereadores e sancionadas pela prefeitura de Chapecó, sendo uma relacionada a crianças em espaços e eventos LGBTQIA+ e outras duas as pessoas transgênero.

- **LEI Nº 7.948 DE 25 DE OUTUBRO DE 2023.**

Lei Nº 7.948, chamada “Lei da Justa Competição no Esporte” foi sancionada no dia 25 de outubro de 2023 pelo prefeito João Rodrigues (PSD), ela “estabelecendo o sexo biológico como critério exclusivo para definição de gênero em competições esportivas oficiais, amadoras ou profissionais no Município de Chapecó e dá outras providências” (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2023). Composta da seguinte forma.

Art. 1º Fica estabelecido o sexo biológico como critério exclusivo para definição de gênero em competições esportivas oficiais, amadoras ou profissionais públicas promovidas ou apoiadas pela Administração Pública, no Município de Chapecó.

§ 1º É vedada a participação de atletas transgêneros em categorias que não correspondam à identificação de sexo atribuída em seu nascimento, salvo se categorias abertas. § 2º Fica permitida a criação de competições desportivas entre transgêneros do mesmo sexo biológico, bem como a criação de categorias abertas, universais ou exclusivas de transgêneros.

Art. 2º A indicação do sexo biológico pelo atleta será realizada no ato de inscrição na competição desportiva.

§ 1º A entidade de administração do desporto que descumprir os mandamentos deste artigo será multada no valor de até 200 (duzentos) UFRMs (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

§ 2º O atleta transgênero que não informar seu real sexo biológico à entidade de administração do desporto ou dos organizadores da competição desportiva oficial, nos termos desta lei, pagará multa de até 50 (cinquenta) UFRMs (Unidade Fiscal de Referência Municipal), sem prejuízo da responsabilização administrativa pela atitude antidesportiva.

§ 3º A multa descrita neste artigo será revertida para a Fundação de Esporte de Chapecó. Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

● **LEI Nº 8.023, DE 13 DE MARÇO DE 2024.**

A lei Nº8.023 tem como autor o vereador Fernando Cordeiro (PSC) e foi votada na Câmara de Vereadores de Chapecó no dia 22/02/2024, aprovada com 12 votos favoráveis e 3 contrários de acordo com Jornal Di Regional (2024), oriunda do projeto de lei 274 tem como princípio “Garante a templos, escolas públicas, particulares, confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas a atribuição do uso de seus banheiros de acordo com a definição biológica de sexo.”(Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024). A lei foi sancionada pelo prefeito João Rodrigues (PSD) no dia 13/03/2024, e ainda prevê.

Art. 1º Os templos de qualquer culto terão garantida a liberdade para atribuir o uso dos banheiros de suas dependências de acordo com a definição biológica de sexo, pela denominação “masculino” e “feminino”, e não por identidade de gênero.

Art. 2º O disposto nesta lei também se aplica a escolas públicas, particulares, confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas, bem como a eventos e atividades por elas realizados, ainda que fora de suas dependências. (Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024)

Grupos de movimentos sociais marcaram presença no local, tanto dentro quando fora da Câmara, inclusive a UNA LGBT de Chapecó representada pelo então vice-presidente Mario Harres, que concedeu entrevista ao jornal Di Regional (2024).

“A gente tem certeza que ele é inconstitucional, pois outros projetos parecidos com este, em outros estados da Federação já foram julgados pelos tribunais de justiça dos estados, e foram considerados inconstitucionais. O ex-procurador-geral da república, Rodrigo Janot, já se posicionou sobre esse tipo de projeto, sobre o uso de banheiro por pessoas trans, e temos a certeza da inconstitucionalidade. É uma pena, pois a gente sabe do caminho jurídico que é, por vezes cansativo, e até moroso. A Justiça tem seu tempo. O tempo da Justiça não é o tempo da política. A gente poderia ter sido convidado a conversar e resolver isso, mas não foi feito.” (Di Regional, 2024)

● **LEI Nº 8.090, DE 04 DE JUNHO DE 2024:**

A lei Nº 8090 tem como autor o vereador Neuri Luiz Mantelli (PSD) e seu principal objetivo “Proíbe a participação de crianças em paradas gays e eventos similares, no âmbito do município de Chapecó e dá outras providências.” (Diário Oficial Municípios de Santa Catarina, 2024). Sua votação ocorrer no dia 06/05/2024 e foi encaminhada para o prefeito João Rodrigues (PSD) que sancionou a lei. Essa lei abrange eventos LGBTQIA+ em geral e multa em caso de descumprimento.

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do Artigo 54 § 7º, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Fica proibido, no âmbito do Município de Chapecó, a participação de crianças em paradas gays e eventos similares. Parágrafo único. Para efeito no disposto do caput deste artigo, considera-se paradas gays e festas similares todos aqueles movimentos realizados pela comunidade LGBTQIA+.

Art. 2º Para o não atendimento ao disposto no caput do artigo 1º desta Lei, pelas empresas organizadoras dos eventos, serão conferidas as punições de advertência em primeira infração e em caso de reincidência, multa de até 1.000 (mil) UFRM - Unidade Fiscal de Referência do Município, em caso de reincidência. (Diário Oficial Municípios de Santa Catarina, 2024)

Em suas redes sociais o vereador Neuri, autor da lei em questão, alega que os eventos atuais promovidos pela comunidade LGBTQIA+ agredem às “famílias tradicionais” e promovem erotização de crianças e adolescentes.

[...]observamos nos dias atuais a desvirtuação deste importante movimento social, no qual a vulgarização e a agressão às famílias tradicionais, religiões, aqueles de opiniões políticas diferentes e, principalmente, a erotização precoce de crianças e adolescentes viraram as bandeiras mais expostas”. (Revista Máxima, 2024)

Podemos observar alguns elementos em comum que possibilitam compreender mais profundamente a natureza das leis criadas. Fernando Cordeiro faz parte do Partido Socialista Cristão, Neuri Luiz Mantelli e João Rodrigues do Partido Social Democrático, ambos partidos de direita alinhados ao conservadorismo, que tem em sua base ideias religiosas. Outro fator evidente é o alinhamento com os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, que comprova sua influência, criando uma onda de ações institucionais LGBTfóbicas e principalmente Transfóbicas. Ações como estas, partindo dos poderes públicos, que deveriam assegurar os direitos e segurança de toda população, inflamam ainda mais o preconceito já presente na sociedade, legitimando ataques e repressão aos corpos que não correspondem ao modelo cisheteronormativo. Os relatos e leis apresentadas anteriormente, evidenciam a materialização das ações, que saem do campo imaginário (dos ideais e ideias) e se tornam atos que causam impacto direto na vida da população LGBTQIA+ de Chapecó.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que diversos corpos habitam esse planeta e produzem diversos tipos de espaços através das interações sociais, mas se tem algo que merece nossa atenção é a seguinte questão: todos os corpos são bem-vindos nos distintos tipos de espaço? “Nesse sentido, os estudos geográficos possibilitam contribuir para minimizar essas desigualdades e combater a transfobia ao mostrar como elas são espacializadas” (Moreira e Tonini, 2022, pág. 162).

Pudemos constatar que é clara a caracterização a respeito da Cidade de Chapecó, que em sua gênese está atrelada ao modelo capitalista de organização do espaço, seus usos e potenciais investimentos, alinhados a sua “herança” de trabalho seguem o formato de avanço industrial cada vez mais globalizado no qual o desenvolvimento econômico está no foco. No âmbito da tecnoesfera, com o processo de globalização também vieram as novas técnicas que alteraram os modos de produção, as máquinas transformaram a realidade do trabalho e alteraram a paisagem. No entanto, vinculado a esses processos, vem o modelo social neoconservador.

A organização dos espaços e usos atribuídos a eles, tanto partindo da iniciativa privada quando do poder público, será na maioria direcionada ao trabalho e produção de capital. Todavia, os ambientes empregatícios e de produção seguem as normativas binárias de sexualidade e gênero, no qual os corpos não compatíveis não são aceitos e sujeitos a repressão, coerção e até impedidos de adentrar no mercado de trabalho.

Por este sistema enfocar no aspecto econômico capitalista, de visão neoconservadora, as ações sociais executadas serão alinhadas as suas convicções, desconsiderando as diversidades existentes e consequentemente não atendendo demandas de outros grupos sociais, as leis Nº 7.948 de 25 de outubro de 2023, Nº 8.023 de 13 de março de 2024 e Nº 8.090 de 04 de julho de 2024 são exemplos perfeitos destas ações. Em que os ideais e tradições religiosas conservadoras saem do abstrato e se tornam reais a partir das ações, assim as emoções e valores que compõe a psicoesfera passam a modificar e transformar o social com base no modelo de sociedade idealizado pela classe detentora do poder.

As leis impostas interferem na dinâmica dos espaços de forma discriminatória, ressaltando a mensagem que os corpos LGBTQIA+ e principalmente os corpos transgêneros não são adequados a participarem da sociedade local. A lei Nº 8.090, de 04 de julho de 2024, expressa o viés preconceituoso de que o movimento LGBTQIA+ é uma ameaça a família

tradicional e as crenças religiosas, chegando a afirmar que os eventos promovidos têm como bandeira a erotização de crianças e adolescentes, uma clara estratégia de desumanização e desqualificação das diferentes formações familiares. Assim, utilizando a máquina pública para criar obstáculos na organização do movimento, que luta para se firmar e se impor quanto grupo de resistência na cidade.

Já as leis Nº 7.948 de 25 de outubro de 2023 e Nº 8.023 de 13 de março de 2024, são ataques diretos que intervêm na liberdade e ocupação dos espaços pelas mulheres trans e travestis, impondo condições desfavoráveis a ocupação destes. Uma vez que são impedidas de participar de determinados eventos e utilizar sanitários de acordo com sua identidade de gênero, seus possíveis espaços de passagem, de interação, de lazer e outros, são reduzidos significativamente, levando-as a optar por espaços mais seguros, porém, mais restritos. Fazendo com que os ambientes sejam percebidos como inóspitos, e potenciais causadores de violências explícitas e/ou veladas.

Portanto, o notório conservadorismo presente na sociedade chapecoense somado a transfobia institucional age de forma organizada e perversa para limitar o acesso e interação das mulheres trans e travestis com os espaços. Restringindo o território ao uso como recurso, e propenso ao convívio pacífico e seguro apenas aos corpos aderentes ao padrão cisgênero heteronormativo. Esses fatores resultam na diminuição das oportunidades e dinâmicas de coabitação para esse grupo. Entendemos que o objetivo desta pesquisa foi alcançado ao expor e argumentar sobre o sistema e a formação socioespacial opressiva presentes no imaginário social da cidade de Chapecó, os quais operam de maneira excludente em relação às mulheres trans e travestis.

9. REFERÊNCIAS

- ALMADA, José Alexandre Berto. **Do território ao território usado: uma reflexão sobre a categoria de análise do espaço geográfico**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória/ES, 2014.
- ALVES, G. A. **A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido**. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília–DF. 2024. 125p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 1º ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017.
- CAETANO, Marcio; RODRIGUES, Alexsandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen. **Quando Ousamos Existir: Itinerário fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. 1ª ed. Copiart, Rio Grande Do Sul, 2018.
- CATTANI, Daian; LAGO, Mara Coelho de Souza; Vargas, Myriam Aldana. **A insurgência da UNA LGBT em Chapecó/SC**. Revista Internacional Interdisciplinar, UFSC, Florianópolis, v. 18, p. 01-21, jan./dez., 2021.
- CHAPECÓ. **Lei nº 7.948 de outubro de 2023**. Lei da Justa Competição no Esporte, estabelecendo o sexo biológico como critério exclusivo para definição de gênero em competições esportivas oficiais, amadoras ou profissionais no Município de Chapecó e dá outras providências. Chapecó, SC: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/2023/795/7948/lei-ordinaria-n-7948-2023-cria-a-lei-da-justa-competicao-no-esporte-estabelecendo-o-sexo-biologico-como-criterio-exclusivo-para-definicao-de-genero-em-competicoes-esportivas-oficiais-amadoras-ou-profissionais-no-municipio-de-chapeco-e-da-outras-providencias?q=7948>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CHAPECÓ. **Lei nº 8090 de 04 de julho de 2024**. Proíbe a participação de crianças em paradas gays e eventos similares, no âmbito do município de Chapecó e dá outras providências. Chapecó, SC: Câmara Municipal de Chapecó, 2024. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/atos/6058249>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CHAPECÓ. **Lei nº 8.023 de 13 de março de 2024**. Garante a templos, escolas públicas, particulares, confessionais e instituições mantidas por entidades religiosas a atribuição do uso de seus banheiros de acordo com a definição biológica de sexo. Chapecó, SC: Prefeitura Municipal de Chapecó, 2024. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/2024/803/8023/lei-ordinaria-n-8023-2024-garante-a-templos-escolas-publicas-particulares-confessionais-e-instituicoes-mantidas-por-entidades-religiosas-a-atribuicao-do-uso-de-seus-banheiros-de-acordo-com-a-definicao-biologica-de-sexo>. Acesso em: 30 nov. 2024.
- CHAPECÓ. **Memórias. Achylles Tomazelli e o filho Osmar (e um funcionário) em frente ao Cine Ideal, primeiro cinema de Chapecó, aberto em 1946, em foto registrada em novembro de 1952 [...]**. Chapecó, 28 de fevereiro, 2024. Facebook: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=769211811908811&set=pb.100064599976057.-2207520000&type=3>.

CHAPECÓ. Memórias. **Em 1957 foi inaugurado o novo Cine Ideal. Construído em alvenaria, ficava na avenida Getúlio Vargas, entre o Hotel Ideal e o bar Santa Terezinha. Tinha 750 lugares e funcionou até 1985[...]**. Chapecó, 18 de fevereiro, 2024. Facebook:

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=783183803844945&set=pb.100064599976057.-2207520000&type=3>.

CHAPECÓ. Memórias. **O Cine Astral foi inaugurado em 1973 e funcionava na esquina da avenida Getúlio Vargas com a rua Barão do Rio Branco. Construído em alvenaria, tinha capacidade para 990 pessoas, mas chegou a acomodar 1.100, quando exibia filmes do Teixeirinha [...]**. Chapecó, 06 de março, 2023. Facebook: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=575411244622203&set=pb.100064599976057.-2207520000&type=3>.

COSTA, Eduardo Cesar da. **Performatividade de gênero na produção do espaço: lugar cotidiano de corpos LGBT**. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2022.

DE MATOS, Maria Luiza; DE LIMA, Taylor Henrique; SILVA, Franscesco Flavio da. **História dos Espaços de Exibição de Chapecó**. Universidade Comunitária da Região de Chapecó, XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Itajaí - SC, 2020.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990**. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

G1. **Comissão aprova projeto de lei que proíbe mulheres trans em modalidades esportivas femininas em SC**. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/10/10/comissao-aprova-projeto-de-lei-que-proibe-mulheres-trans-em-modalidades-esportivas-femininas-em-sc.ghtml>. Acesso em 30 nov. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados, Chapecó (SC)**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/chapeco.html>. Acesso em: 30 nov. 2024.

IBGE CENSO 2010. **Santa Catarina**. 2024. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=42>. Acesso em: 30 nov. 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Londres: Blackwell, 2007.

LINDENMEYER, Pedro Marcon. **Colonização e devastação no planalto oeste catarinense**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

MOREIRA, Carlos André Gayer; TONINI, Ivaine Maria. **Espacialidades Transgressoras: gênero e sexualidade na geografia**. Goiânia, C&A Alfa Comunicações, 2022.

MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. **Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 229 - 254, jan./abr. 2019.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira Do. **Transfeminismo**. São Paulo, Editora Jandaíra, 2021.

NUNES, Camila Xavier. **Geografia do corpo: por uma geografia da diferença**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2014.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade: da opressão à libertação**. 2º ed. São Paulo, Sundermann, 2015.

RADIN, José Carlos; SILVA, Claiton Marcio. **“Um vasto Celeiro”: representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense**. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, pág. 681-697, 2018.

REVISTA MÁXIMA. SC: **Chapecó proíbe menores de 18 anos em eventos LGBTQ+**. 2024. Disponível em: <https://revistamaxima.com.br/noticias/lgbt/sc-chapeco-proibe-menores-de-18-anos-em-eventos-lgbt.phtml>. Acesso em: 30 de nov. 2024.

ROVANI, Marta Gouveia De Oliveira. **“A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos**. Revista Tempo e Argumento, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=338163000007>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SANTA CATARINA. **Relatório e voto ao projeto de lei nº 0016/2023**. Delimita o sexo biológico como critério único de definição de gênero de competidores e atletas para fins de participação em partidas oficiais e práticas desportivas no âmbito do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC: Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/documento_28520.pdf. Acesso em: 30 nov. 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 3º ed. São Paulo, Nobel, 1992.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5º ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7º ed. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Carolina Cavalcante Lins. **Da luta pela vida à busca pela cidadania: o ativismo político de travestis e transexuais na cidade de Maceió–AL**. Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2016.

SILVA, ICB; ARAÚJO, EC; SANTANA, ADS; MOURA, JWS; RAMALHO, MNA; ABREU, PD. **Violência de gênero perpetrada contra mulheres trans**. Revista brasileira de enfermagem, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0173>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa–PR, TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Victor Estevam. **Psicoesfera do consumo de alimentos estilo fast-food na área central da cidade de Chapecó /SC**. Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó–SC, 2024.

SOUSA, Keila Simpson. **História. Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>. Acesso: 01 nov. 2024.

TONINI, Ivaine Maria. **Espacialidades Transgressoras: gênero e sexualidade na geografia**. Goiânia, C&A Alfa Comunicações, 2022.